



## **SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO PROFISSIONAL, ÉTICA E PROJETO ÉTICO-POLÍTICO**

### ***Social Work, Professional Work, Ethics and Ethical-Political Project***

Ingrid Adame Moreira<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Esse artigo é fruto da pesquisa realizada para a elaboração da Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional à Universidade Federal Fluminense. Objetivamos contribuir na discussão sobre ética, cotidiano, valor, moral e projeto ético-político para o trabalho profissional dos assistentes sociais. Bem como buscamos refletir também sobre as categorias “trabalho” e “processo de trabalho” no cotidiano do Serviço Social à luz dos parâmetros ético-políticos que orientam a profissão e de sua materialização no cotidiano profissional.

**Palavras-chave:** trabalho; ética; projeto ético-político; serviço social.

---

<sup>1</sup>Graduação em serviço social pela Universidade Federal Fluminense (2011) e mestrado em SERVIÇO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL pela Universidade Federal Fluminense (2014). Atualmente é assistente social lotada no CRAS Piabetá, assistente social do Hospital Estadual Getúlio Vargas e integrante da comissão de instrução de processo ético do Conselho Regional de Serviço Social 7 Região.

### **Abstract**

This article is the result of the research carried out for the elaboration of the master's thesis presented to the Master's Program in Social Work and Regional Development at the Universidade Federal Fluminense. We aim to contribute to the discussion about ethics, daily life, value, ethics and ethical-political project for the professional work of social workers. We also seek to reflect on the categories "work" and "work process" in the daily life of Social Work in light of the ethical-political parameters that guide the profession and its materialization in the daily professional life.

**Keywords** work. Ethics; ethical-political project; social work.

.  
.

### **INTRODUÇÃO**

Este trabalho é parte de um dos capítulos da dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense.

Consideramos que a discussão sobre ética, apesar de ser crescente, ainda é incipiente no Serviço Social. Tal discussão foi iniciada na década de 1980, em virtude da aproximação da profissão ao referencial marxista, e se adensou na década de 1990, fato este que pode ser verificado com a revisão do código de ética de 1986 e a aprovação do Código de Ética de 1993.

A ética profissional é discutida a partir da concepção marxista da ontologia do ser social, que permitiu que fosse feita a distinção entre ética e moral, tendo no trabalho o seu elemento principal. No interior da profissão, podemos perceber que a moral é apreendida enquanto uma construção histórica, que tem sua gênese na satisfação das necessidades dos homens. Ao satisfazerem suas necessidades, os homens criam novas necessidades e nesse processo valores, normas de conduta, princípios são criados. Já a ética tem em seu fundamento a liberdade. Liberdade esta aqui entendida enquanto possibilidade de escolher conscientemente entre alternativas socialmente construídas e historicamente determinadas.

Pensar o Serviço Social nessa dinâmica requer de nós a apreensão de que apesar de possuir estatuto de profissão liberal, a profissão, na divisão sociotécnica

do trabalho, assume características particulares pela sua condição de profissional majoritariamente assalariada, que vende sua força de trabalho. A conjuntura atual de acirramento das múltiplas expressões da “questão social” tem complexificado as demandas colocadas ao Serviço Social e limitado a autonomia ética dos profissionais, o que tensiona a materialização do projeto ético-político no cotidiano profissional dos assistentes sociais.

### **A ética em seus fundamentos ontológicos**

A reflexão presente neste artigo tem por base o referencial teórico marxista, que analisa a ética partindo da ontologia do ser social. O homem é aqui entendido como ser social. Essa afirmativa se funda na concepção de Lukács (2010) na qual o homem é um ser que pertence à natureza, mas que não é exclusivamente um ser natural. O ser humano pertence, então, à natureza e também à sociedade de forma inseparável. A reprodução do ser social pressupõe a inter-relação entre natureza e sociedade.

É por meio do ato de escolher entre esta ou aquela alternativa conscientemente que o homem se constitui em um ser ético. A ética “[...] é definida como uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre [...]” (BARROCO, 2008, p.19).

Em seu processo de sociabilização, o ser social distancia-se do ser natural, mas sua existência permanece submetida às necessidades biológicas de sua autopreservação e reprodução do gênero (LUKÁCS, 2010).

Consideramos como trabalho a ação dialética de transformação da natureza pelo homem. O trabalho se realiza, portanto, a partir da transformação da matéria natural por meio da ação material do homem. Essa transformação da natureza se dá através de um pôr teleológico que é exclusivo do homem. Na natureza existem apenas processos causais, mas nenhum de tipo teleológico (LUKÁCS, 2010).

Ao trabalhar, o homem aciona sua teleologia que se confronta, por sua vez, com o conjunto de causalidades. Ao se confrontar com um conjunto de

causalidades, o homem passa a buscar os meios para alcançar suas finalidades. Desse confronto entre teleologia e causalidade temos um objeto que não está mais no plano das ideias, mas no plano do real, por meio da objetivação. Esse objeto, que talvez não tenha sido necessariamente o que fora projetado anteriormente, que é teleologicamente objetivado cria novas relações e cria também novas legalidades, características que em outro processo se tornam causalidades, que não são mais naturais, mas postas pelos próprios homens, pela própria teleologia humana (LESSA, 2002).

O homem, “[...] - em qualquer sociedade, vive no cotidiano – espaço da resposta imediata” (MATOS, 2013, p.88). É na esfera do cotidiano que prevalece o que é imediato. Na vida cotidiana o homem aprende a responder às suas necessidades imediatas, assimila hábitos, costumes, normas. Ao incorporar essas mediações, que são socialmente construídas, “reproduz o desenvolvimento humano-genérico, mas as formas dessa incorporação caracterizam-se por uma dinâmica voltada à singularidade, não à genericidade” (BARROCO, 2008, p.37).

A palavra “cotidiano” é frequentemente utilizada para fazer menção às tarefas que realizamos repetidas vezes no nosso dia-a-dia. Para Heller (2011) o homem já nasce inserido em sua cotidianidade.

Na sociedade capitalista é difícil que o homem consiga partir de sua singularidade para a genericidade humana, pois o mesmo encontra-se alienado da maioria das suas potencialidades humanas, conforme explicita Matos (2013).

No cotidiano, o homem vê o “nós” através do “eu” e o “eu” tem fome, sente dores (físicas ou psíquicas); no “eu” nascem os afetos e paixões. A dinâmica básica da particularidade individual humana é a satisfação dessas necessidades do “eu”. Sob este aspecto, não há diferença no fato de que um determinado “eu” identifique-se em si ou conscientemente com a representação dada do genericamente humano, além de serem também indiferentes os conteúdos das necessidades do “eu” (HELLER, 2011, p.35).

As necessidades humanas são apreendidas a partir do “eu” e é a elevação deste eu particular ao humano genérico que possibilita a reflexão crítica do cotidiano. Matos (2013) exemplifica muito bem a transição da singularidade ao humano genérico na seguinte cena: uma mulher está sendo brutalmente agredida

por um homem em uma praça pública e existem algumas pessoas observando a cena. Essas pessoas de alguma maneira, mesmo que sejam do sexo masculino, de classes, etnias diferentes, irão se identificar com o sofrimento daquela mulher. Essa situação pode possibilitar que o indivíduo transite de sua singularidade ao humano genérico, entretanto, essa transição não está dada, pois podemos até nos entristecer com o que presenciamos, mas podemos também automaticamente pensar que aquela mulher que fora agredida fez algo para merecer tal agressão, conforme explicita o autor.

Porém, a elevação ao humano genérico não significa a abolição da particularidade. A suspensão ao humano genérico não rompe com o cotidiano, pois este é insuprimível. Pensemos em uma viagem que planejamos para um final de semana com o objetivo de “fugir” da nossa rotina, do nosso cotidiano. Ao longo desse final de semana ficamos suspensos do nosso cotidiano, mas quando voltamos à nossa cotidianidade, porque sempre retornamos, nós já não somos mais os mesmos, pois percebemos nosso cotidiano com um olhar diferenciado.

A vida cotidiana está carregada de alternativas, de escolhas (HELLER, 2011). Fazer uma escolha entre x ou y tem a ver com as consequências que a escolha por x ou y terá e tem a ver também com nossas preferências (VÁZQUEZ, 1993). Fazer uma escolha supõe optarmos pelo que é melhor ou mais valioso ou pelo que é pior ou menos valioso (VÁZQUEZ, 1993). Ou seja, a escolha tem para os homens um valor.

É a atividade humana e as relações que os homens estabelecem entre si que criarão os valores (CARDOSO, 2013). Para Heller (2011) é valor “tudo aquilo que faz parte do ser genérico do homem e contribui direta ou mediamente, para a explicação desse ser genérico” (HELLER, 2011, p.15).

No processo de sua sociabilização se impôs ao ser social a necessidade de valorar as coisas/objetos. De acordo com Vázquez (1993), o homem atribui valor as coisas existentes na natureza, aos objetos e aos produtos de seu trabalho assim como constroem socialmente os valores que dizem respeito à conduta humana, os valores morais.

São os homens que criam os valores a partir das relações sociais, e estas, por sua vez, influenciam nas escolhas feitas por eles. Os valores não são ações,

mas são influenciados por essas e também as orientam. Os valores são concretizados, portanto, nas ações humanas.

Nossas ações são, então, direcionadas por valores, como: bondade, honestidade, prazer, pureza, justiça, valentia, desonestidade, maldade, injustiça. Em todos os tipos de valores mencionados temos exemplos de valores positivos ou negativos. Atribuímos, portanto, conteúdo valorativo aos valores, sem que os mesmos deixassem de ser valores.

O ser social, no seu cotidiano, passa a buscar compreender o que é bom ou ruim, correto ou incorreto, enquanto um comportamento humano para si e para a coletividade (CARDOSO, 2013). Surge, desta forma, a necessidade da criação de regras, pois é “a partir desse juízo de valor e dos valores estabelecidos socialmente” [que] “vão sendo geradas ações, atitudes, que se tornam hábitos e costumes” (CARDOSO, 2013, p.41).

Entendemos por moral um “conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos numa comunidade social dada, o seu significado, função e validade não podem deixar de variar historicamente nas diferentes sociedades” (VÁZQUEZ, 1993, p.25). Admitimos, nessa lógica, a historicidade da moral, pois se entende por moral o modo de ser, de se comportar do homem que em sua essência é um ser histórico.

A moral diz respeito às ações dos indivíduos. E tem a ver com normas. As normas morais podem não se traduzir em leis, mas dependem da aceitação, da interiorização das mesmas pelos indivíduos.

Quando nascemos, os valores e as normas já estão estabelecidos na sociedade em que vivemos. Entretanto, não podemos tomá-los como dados, pois o homem enquanto ser que em sua essência é histórico, pode manter, desconstruir ou construir os valores que também são históricos, passíveis, então, de mudanças. O homem, então, se sujeita a princípios, normas e valores de uma dada época histórica. Entretanto, é o homem produto e produtor da história, dependendo dele, então, a construção de valores humanos emancipadores (IASI, 2011).

A moral tomada como comportamento é tanto comportamento do indivíduo como do grupo social. Mesmo quando a moral se trata da conduta de um sujeito, não estamos diante de uma conduta individual que trará consequências apenas para

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

o indivíduo. “Trata-se de uma conduta que tem consequências, de uma ou de outra maneira, para os demais e que, por esta razão é objeto de sua aprovação ou reprovação” (VÁZQUEZ, 1993, p.54). Para Vázquez (1993) os atos de um indivíduo que não interferem em alguém não podem ser objetos de uma qualificação moral. O autor exemplifica: um indivíduo que se encontra sentado em uma praça pública por algum tempo, não é passível de uma qualificação moral. Porém, se uma pessoa escorrega ou cai próximo a este indivíduo e o mesmo não se levanta para ajudar, pode ser objeto de qualificação moral, porque afeta o outro, mais exatamente, minha relação com outros indivíduos (VÁZQUEZ, 1993). A moral, então, “possui um caráter social enquanto regula o comportamento individual cujos resultados e consequências afetam os outros” (VÁZQUEZ, 1993, p.54).

A moral possui também uma função social: a de regular as relações entre os homens com o objetivo de manter e garantir uma determinada ordem social, conforme explicita Vázquez (1993).

A moral implica, portanto, numa relação livre e consciente entre os indivíduos ou entre estes e a comunidade. Mas esta relação está também socialmente condicionada, precisamente porque o indivíduo é um ser social ou um nexo de relações sociais. O indivíduo se comporta moralmente no quadro de certas relações e condições sociais determinadas que ele não escolheu, e dentro também de um sistema de princípios, valores e normas morais que não inventou mas que recebe socialmente e segundo o qual regula as suas relações com os demais ou com a comunidade inteira (VÁZQUEZ, 1993, p.56).

Ao afirmarmos que a ação moral pressupõe a escolha livre e consciente do indivíduo, não estamos tratando de uma consciência crítica e reflexiva, mas sim da interiorização de uma norma (CARDOSO, 2013). Como essa interiorização não se deu a partir de um processo crítico-reflexivo, a exigência genérico social torna-se uma exigência para sua singularidade.

A função ideológica da moral está em aceitar padrões ou normas que contribuam para uma integração social que viabilize necessidades privadas, alheias ou estranhas às capacidades emancipadoras dos homens, conforme elucidado por

Barroco (2013). A moral surge como uma necessidade de assegurar a concordância de cada um com os interesses coletivos (VÁZQUES, 1993).

Cabe ressaltar que os interesses coletivos se expressam em uma dada sociedade e em uma determinada época histórica. Então, quando definimos a moral com um conjunto de regras e normas que regem uma determinada sociedade, estamos dizendo que esse conjunto de regras e normas é o hegemônico, o dominante. Mas a existência dessa moral dominante não exclui a existência concomitante de outras morais que muito possivelmente são antagônicas à moral dominante (CARDOSO, 2013).

A moral é o objeto de estudo da ética. A “ética é teoria, investigação ou explicação de um tipo de experiência humana ou forma de comportamento dos homens, o da moral considerado, porém na sua totalidade, diversidade e variedade [...]” (VÁZQUEZ, 1993, p.11). Não cabe à ética formular juízos de valor, cabe a ela problematizar os motivos de existirem uma pluralidade de morais e os motivos pelos quais os homens ao longo da história escolheram entre esta ou aquela prática moral.

Ética e moral, na contemporaneidade, são tomadas como sinônimos. Entretanto, o que há de comum em ambas está o fato de serem históricas, mutáveis e sociais (CARDOSO, 2013).

A reflexão ética supõe a suspensão da cotidianidade e a ação ética supõe escolhas críticas e conscientes diante de uma determinada moral. Não é a ética que cria os princípios, valores e normas. A ética se depara com eles em uma determinada sociedade e partindo das práticas morais busca determinar a essência da moral, sua origem, a natureza e a função dos juízos morais, as condições objetivas e subjetivas do ato moral (VÁZQUES, 1993).

A ética no sentido explicitado acima é, portanto, reflexão teórica e ação livre voltada ao humano genérico (MATOS, 2013). A ética por não ser a moral, não pode ser reduzida a um conjunto de regras e normas. Conforme explicitado por Vázquez (1993), a moral vem do latim *mos* ou *mores*, costume ou costumes. Já a ética vem do grego *ethos*, que significa caráter, modo de ser. Tanto *ethos* como *mos* “assentam-se num modo de comportamento que não corresponde a uma disposição natural, mas que é adquirido ou conquistado por hábito” (VÁZQUEZ, 1993, p.14).

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

A ética tem em seu fundamento a liberdade (HELLER, 2011). A liberdade é aqui apreendida como capacidade humana. Não no sentido liberal do termo em que a liberdade é entendida no direito limitado do indivíduo, direito do indivíduo limitado a si mesmo, onde a liberdade resume-se ao direito à propriedade privada.

Marx (2013) nos Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 entende a liberdade como uma capacidade inerente ao ser social. Ele atrela a liberdade real à construção de uma nova ordem social, pois no modo de produção capitalista se prima pelo interesse particular, pela conservação da propriedade privada, e, portanto, retira do homem a suas possibilidades de escolha.

A liberdade para Barroco (2008) “é, ao mesmo tempo, capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, e, capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas, para que novas escolhas sejam criadas [...]” (BARROCO, 2008, p.60-61). O que possibilita a liberdade é o trabalho potencialmente livre, enquanto atividade criadora e potenciadora das capacidades do ser social e como tal não seja um meio de sobrevivência nem tão pouco um meio de exploração, como o é na sociedade capitalista.

Trata-se, portanto, da construção de uma outra sociabilidade, baseada na liberdade e na igualdade, na qual “em lugar da velha sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação em que o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (ENGELS e MARX, 1991, p.31).

A liberdade é eleita no Código de Ética de 1993 do Serviço Social como um valor ético-central, que está vinculada à crítica da sociabilidade burguesa e também às demandas políticas. Tais vinculações dão à liberdade um significado ético-político e sua perspectiva é uma das mediações para a consolidação do Projeto ético-político do Serviço Social. Esse projeto considerado hegemônico no Serviço Social somente ganha materialidade a partir da ação ética da categoria profissional. Desta forma, refletir a ética na profissão se coloca como um imperativo. Serviço Social, Ética e Projeto Ético-Político.

Quando nos referimos às profissões, a ética é a reflexão sobre a moralidade profissional - estamos entendendo moralidade profissional como a reunião de fundamentos morais de uma profissão; a maneira ou modo

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

como tais fundamentos são vivenciados – que possibilita a suspensão da cotidianidade ao pensar a relação do eu com o coletivo, estabelecendo parâmetros para a relação do profissional com a sociedade (CARDOSO, 2013, p.85).

A natureza da ética profissional não pode ser considerada estática, pois a mesma é permeada por conflitos e contradições e, assim, não deve ser apreendida isoladamente, deve ser apreendida em um contexto maior, o da vida social (BARROCO, 2008).

É muito comum que os projetos profissionais sejam interpretados como sinônimos da ética profissional. Entretanto, a ética profissional é um dos elementos que compõem um projeto profissional. Tanto a ética profissional como o projeto profissional se encontram expressos no código de ética, pois o código ao expressar um projeto profissional, expressa também sua ética profissional (CARDOSO, 2013).

Cabe ressaltar que não podemos pensar os projetos profissionais sem relacioná-los com os projetos societários. Os projetos societários são projetos de classe, projetos coletivos que apresentam a imagem de sociedade a ser construída (NETTO, 2007).

Já os projetos profissionais apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a quem cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, 2007, p.144).

Pensar o Serviço Social nessa dinâmica societária requer que recapitulemos que o Serviço Social conforma-se na divisão social e técnica do trabalho. Essa profissão enquanto especialização do trabalho coletivo dentro da divisão sóciotécnica do trabalho, participa do processo de produção e reprodução das

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

relações sociais<sup>2</sup> assumindo particularidades da sua forma de produção de valores de uso.

O mesmo processo de institucionalização do Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho é o que cria as “condições concretas para que o trabalho do assistente social ingresse no processo de mercantilização e no universo do valor e da valorização do capital, móvel principal da sociedade capitalista” (RAICHELIS, 2011, p.423).

Pensar o Serviço Social enquanto trabalho requer que compreendamos as diferenças entre trabalho produtivo e improdutivo.

Entende-se por trabalho produtivo aquele que é fonte de valor. Ou seja, trabalho produtivo é aquele de onde pode ser extraído mais valia, é aquele que produz mais valia. Parafraseando Granemann, “Um mestre escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente de crianças, mas também para enriquecer o dono da escola” (GRANEMANN, 1999, p.159). Assim, o assistente social mesmo que não esteja no chão da fábrica produzindo, se constitui em trabalhador produtivo, gerando as condições necessárias para a extração de mais valia (GRANEMANN, 1999).

Trabalho improdutivo é aquele que, por sua vez, não produz mais valia, que não gera o valor adicional. Para a autora “é trabalho improdutivo aquele no qual o trabalhador troca seus esforços, suas capacidades por dinheiro necessário a sua subsistência” (GRANEMANN, 1999, p. 160).

Nessa perspectiva, um assistente social que desenvolve uma política pública, por exemplo, pode ser considerado como trabalhador improdutivo, porque ele foi empregado pelo Estado, e assim, não gera o mais valor para ser extraído por ele (GRANEMANN, 1999). Da mesma forma, a atividade de um assistente social pode tanto ser trabalho produtivo, como improdutivo, dependendo da instituição para a qual vende a sua força de trabalho. Iamamoto (2008) considera que para que o

---

<sup>2</sup> Entendemos que a reprodução das relações sociais “não se reduz, pois à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção. Não se trata, apenas, da reprodução material no sentido amplo: produção, consumo, distribuição e troca de mercadorias. Refere-se à reprodução das forças produtivas e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo também, a reprodução espiritual: isto é, das formas de consciência social, jurídicas, filosóficas, artísticas, religiosas e de antagonismos de classes [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 99).

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

Serviço Social seja reconhecido enquanto trabalho, precisa ser considerado a partir do processo de trabalho.

O exercício profissional do assistente social não deve ser analisado isoladamente, pois ele faz parte de um processo histórico, é um produto histórico, uma expressão das necessidades sociais criadas a partir da relação entre o Estado e a sociedade civil, entre as classes e as instituições criadas por elas. Sendo assim, deve ser levado em conta os seus condicionantes sejam eles internos ou externos, conforme nos aponta lamamoto (2008). Os primeiros relacionam-se à dimensão técnico-operativa do Serviço Social (instrumentos de trabalho, estratégias e técnicas). E os segundos relacionam-se às circunstâncias históricas em que ocorre o exercício profissional (as relações de poder, os recursos, as políticas sociais do período, entre outros).

Entendemos o trabalho profissional, a atividade do assistente social como partícipe de processos de trabalho<sup>3</sup>. O processo de trabalho possui alguns elementos como: o próprio trabalho, o objeto, os instrumentos e os meios de trabalho.

Nos processos de trabalho nos quais se inserem o Serviço Social também estão presentes esses elementos. O exercício profissional, conforme aponta lamamoto (2008), se constitui como sendo o próprio trabalho. Conforme a autora, o objeto de trabalho do assistente social são as múltiplas expressões da “questão social” e os instrumentos de trabalho são os mais variados, o principal deles é a linguagem, mas ainda existem os meios materiais, humanos, financeiros, entre outros.

Entretanto, não existe uma única matéria e um único meio de trabalho do Serviço Social. Porque cada processo de trabalho exige do assistente social conhecimentos, instrumentais e objetos de trabalho específicos (GRANEMANN, 1999). Desta forma, desenvolvem-se diversos processos de trabalho no cotidiano profissional do Serviço Social.

A partir desta análise cabe-nos neste momento, abordar as questões relativas a esses processos de trabalho no cotidiano profissional a partir das particularidades do Serviço Social em sua conformação no Brasil.

---

<sup>3</sup> Para compreensão aprofundada sobre a temática conferir lamamoto (2008).

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

O Serviço Social brasileiro, apesar de ser regulamentado como uma profissão liberal, não o exerce desta forma, principalmente devido ao fato de a população atendida por ele não ter condições de pagar pelos serviços prestados (IAMAMOTO, 2008).

Desta forma, o assistente social vende a sua força de trabalho ao capitalista ao ingressar no mercado de trabalho, para receber em troca o salário.

O assistente social enquanto profissional assalariado vende a sua força de trabalho para uma determinada instituição, seja ela estatal ou privada, que demandou os seus serviços. Essa instituição é que possui os meios de trabalho material, financeiro e humano para que o trabalho profissional do assistente social se realize, se objective (IAMAMOTO, 2008). Assim, o assistente social detém uma relativa autonomia no que diz respeito à condução dos seus atendimentos. Isso lhe é garantido pelo seu Código de Ética (1993) e pela sua Lei de Regulamentação (1993), que por sua vez, permitem a materialidade ao Projeto Ético-Político no cotidiano institucional.

Por meio desse projeto profissional, o assistente social consegue resguardar essa autonomia relativa na condução do seu exercício profissional, pois a legislação profissional representa uma defesa da autonomia profissional (IAMAMOTO, 2008).

Essa autonomia relativa resguardada no cotidiano da instituição empregadora abre ao assistente social a possibilidade de imprimir direção política ao seu exercício profissional (IAMAMOTO, 2008).

O trabalho profissional comprometido com o Projeto Ético-Político exige que o sujeito que o executa esteja qualificado para realizar um trabalho complexo, social e coletivo, que seja capaz de propor e negociar com os empregadores, que lute pela ampliação dos direitos da classe trabalhadora, que defenda sua autonomia técnica, suas atribuições e prerrogativas profissionais (RAICHELIS, 2011).

O Projeto Ético-Político do Serviço Social é caudatário da perspectiva denominada por Netto (2007) de Intenção de ruptura e ele possui suas raízes na ruptura com o conservadorismo profissional. Este projeto “ao negar o histórico conservadorismo da profissão aponta, propositivamente, para a construção de um exercício profissional comprometido com a justiça social e a liberdade, valores centrais do atual código de ética, promulgado em 1993” (MATOS, 2013, p.97).

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

Ser um assistente social comprometido com o projeto ético-político não é uma tarefa fácil. E não o é, primeiro porque este projeto considerado hegemônico na categoria profissional enfrenta embates com o projeto burguês hegemônico na contemporaneidade. Segundo, porque acreditamos, conforme aponta Matos (2013), que este projeto profissional expressa um embate com a sociabilização primária dos assistentes sociais e os valores morais internalizados nesse processo de sociabilização.

Estes embates, em sua grande maioria, não são travados pelos assistentes sociais no cotidiano profissional. Percebemos constantemente que os profissionais acabam por adotar valores para sua vida privada e outros valores para a vida profissional, como se fosse possível, por exemplo, uma pessoa colocar um jaleco e dizer: agora sou assistente social e tirar o jaleco e dizer: não sou mais profissional. Assim como existem profissionais que dizem pautar o projeto ético-político no cotidiano institucional, mas reproduzem nas suas atividades discursos preconceituosos. No cotidiano profissional é requerido dos assistentes sociais um posicionamento e uma direção ética em todos os tipos de intervenções.

O trabalho enquanto atividade do sujeito requer de nós um olhar investigativo sobre aquele que executa essa atividade transformadora, no nosso caso, sobre o assistente social.

O Serviço Social é uma profissão com recorte de gênero, devido ao fato, de a maioria dos profissionais serem mulheres. Este fato expressa alguns pontos à profissão, conforme aponta Iamamoto (2008): o assistente social absorve a imagem social da mulher da sociedade capitalista de produção, assim como absorve também as discriminações feitas às mulheres no mercado de trabalho como, por exemplo, o rebaixamento dos salários.

Os assistentes sociais, enquanto pertencentes à classe trabalhadora, precisam se submeter às instituições, como condição de se reproduzirem socialmente (VALLE, 2012). Esses profissionais são contratados pelas instituições que já possuem um projeto institucional e o profissional é demandado para viabilizá-lo.

Podemos constatar também que o Serviço Social tem sido chamado a dar respostas a demandas que afastam o profissional da relação direta com os usuários.

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

Raichelis (2011), a título de exemplo em torno dessas atividades, aponta o preenchimento de formulários e a realização de cadastramento da população. Essas atividades burocráticas e repetitivas muitas vezes não agregam conhecimento e reflexão sobre os dados coletados e são atividades que se encerram em si mesmas, pois são atividades que dificultam o estabelecimento de relações continuadas, não havendo assim, continuidade aos atendimentos, conforme aponta a autora.

Somado à precarização, foram abertas outras possibilidades, outros campos profissionais de trabalho ao Serviço Social. Com a Constituição Federal de 1988, a assistência social foi considerada política pública e se constitui em um espaço sócio-ocupacional privilegiado do Serviço Social (IAMAMOTO, 2008).

A partir da criação dos conselhos setoriais de Políticas Públicas<sup>4</sup>, abriu-se mais um campo de trabalho do Serviço Social. Os assistentes sociais inseridos nesses Conselhos contribuem na formação continuada dos conselheiros, organizam a população, dão assessoria e consultoria aos movimentos sociais e às políticas públicas, elabora planos estratégicos, entre outros (IAMAMOTO, 2008).

Observa-se, portanto, que apesar da retração do mercado de trabalho em alguns campos, o mesmo encontra-se em expansão, em ampliação no caso do Serviço Social.

Em um contexto de reordenamento das funções estatais com a redução do papel do Estado, o assistente social também se depara com alguns limites colocados ao seu exercício profissional.

Ao se refuncionalizar o papel do Estado, transfere-se para a sociedade civil parte das funções que antes eram do mesmo, configurando assim, o repasse da prestação de serviços às organizações não governamentais, empresariais ou sem fins lucrativos (RAICHELIS, 2009).

Essas organizações possuem em seu corpo técnico profissionais com contrato de trabalho temporário, salários rebaixados (apesar deles desenvolverem as mesmas atividades que profissionais estatutários), direitos trabalhistas restritos, e

---

<sup>4</sup> Para Bravo (2009) os assistente sociais tem muito a contribuir quando inseridos nas instâncias públicas de controle democrático. Para a autora os profissionais podem ter uma dupla inserção: a primeira como conselheiros e a outra quando essas instâncias tornam-se espaços ocupacionais ao prestarem assessoria a elas ou a alguns dos seus segmentos: usuários, trabalhadores, entre outros (BRAVO, 2009).

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

essas questões atingem também o assistente social que presta serviço a essa instituição (IAMAMOTO, 2008).

Iamamoto (2008) aponta também a expansão da “filantropia empresarial” como um novo tipo de ação das “empresas solidárias” com o objetivo de passar uma imagem mais solidária aos consumidores, o que faria com que as vendas dessas empresas aumentassem. Essas ações ditas sociais, não passam de estratégia de marketing, movida pelo interesse comum do capitalismo de garantir a lucratividade.

Outro campo em franca expansão para empregabilidade de assistentes sociais é o universo empresarial, conforme expõe Iamamoto (2008). O profissional tem sido chamado para atuar nesse campo desenvolvendo programas na área da saúde do trabalhador, na gestão de recursos humanos, prevenção de riscos, programas participativos, de educação ambiental.

Isto demonstra que os assistentes sociais são demandados pelas empresas capitalistas com o objetivo de preservar a força de trabalho dos trabalhadores e mediar conflitos presentes na relação estabelecida entre capital e trabalho, desenvolvendo, assim, atividades educativas, voltadas para a mudança de hábitos e comportamentos dos trabalhadores, objetivando a sua adequação ao processo produtivo (AMARAL e CESAR, 2009).

Todo este processo de transformações do mundo do trabalho, a partir da sua precarização e flexibilização, da ampliação de campos de trabalho, da retração de postos de trabalho requisitam do assistente social novas atribuições e competências.

O assistente social, neste contexto, é chamado a qualificar-se tanto na esfera de execução como na de formulação e gestão das políticas sociais. E isto requer um profissional propositivo, capaz de desvelar a realidade e extrair dela novas propostas e estratégias de ação (IAMAMOTO, 2008). Desta forma, o profissional deve estar atento ao tempo histórico, atento para decifrar o que está implícito, o que não foi dito, pois somente assim, ele consegue apreender as possibilidades que se expressam no próprio movimento da realidade, do processo histórico.

Deve ser também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e

Moreira, I. A.  
Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.  
avaliação de programas e serviços sociais de qualidade (IAMAMOTO, 2008,  
p. 144).

Aqui, o instrumental é entendido enquanto um conjunto articulado de instrumentos e técnicas que, por sua vez, não se resumem à dimensão técnico-operativa da profissão.

Essa dimensão mobiliza as dimensões teórico-metodológicas – para analisar o real e investigar novas demandas – e ético-políticas – permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências da ação –, além das condições objetivas do trabalho e as condições subjetivas dos agentes profissionais (BACKX, FILHO, SANTOS, 2012, p.19).

Requisita-se, então, um profissional capaz de desenvolver um trabalho interdisciplinar, que tenha a capacidade de implementar projetos nos mais diversos campos de política social e que seja capaz de trabalhar em equipe (RAICHELIS, 2009). Tal fato requer que o profissional entenda o espaço sócio-ocupacional onde o exercício profissional se realiza, entenda como as demandas chegam aos serviços, como os usuários apresentam suas demandas e necessidades e também como a política social se operacionaliza (BAKX, FILHO e SANTOS, 2012).

Além desses “requisitos”, o Serviço Social é chamado para atuar junto aos usuários, para na verdade, legitimar sua ação junto a eles. Assim, faz-se necessário um profissional capaz de desvendar as múltiplas expressões da “questão social”, a partir de um amplo conhecimento do modo de vida e da realidade onde a mesma se insere. Desta forma, é requisitado ao assistente social a sua dimensão investigativa.

A pesquisa, segundo Guerra (2009), permite a mediação entre conhecimento e realidade. Para que o assistente social intervenha na realidade é necessário que ele a conheça. E esse conhecimento é fruto de uma ampla pesquisa. Conforme Guerra (2009),

a pesquisa, na qual se faz necessário o “mergulho na realidade social” (IAMAMOTO, 1998, p. 55), é, portanto, um processo sistemático de ações, visando investigar/interpretar, desvelar um objeto que pode ser um processo social, histórico, um acervo teórico ou documental (GUERRA, 2009, p.8).

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

O assistente social, ao intervir na realidade, no cotidiano dos sujeitos, dispõe de uma série de dados extraídos de uma determinada realidade social e de informações referentes às desigualdades sociais vivenciadas por este sujeito (GUERRA, 2009).

Este fato torna a socialização da informação uma atividade do assistente social. O assistente social socializa informações, não somente no sentido de efetivar os direitos dos usuários, mas também de mostra-lhes suas reais demandas e as implicações dessas demandas, assim como os meios para que eles tenham acesso aos direitos (IAMAMOTO, 2009).

Desta forma, o assistente social deve garantir a qualidade dos serviços prestados e a abrangência dos mesmos. Deve buscar romper no seu cotidiano profissional com os critérios de elegibilidade que restringem o acesso ao direito aos cidadãos (IAMAMOTO, 2008).

Destarte, esse conjunto de requisições colocadas ao Serviço Social, expressa também estratégias para que o profissional concretize no cotidiano profissional o projeto ético-político da categoria.

Entretanto, conforme fora problematizado anteriormente, não é tarefa fácil a sua materialização no cotidiano institucional. Acreditamos que a materialização desse projeto depende, em muito, do posicionamento teórico-metodológico do profissional que intervém na sociedade.

Os princípios do código de ética (1993) que são também os princípios do projeto ético-político colocam como valores centrais a justiça social e a liberdade como já fora abordado. A justiça social aponta para a defesa daquilo que é socialmente produzido, mas que é privadamente apropriado. Fica claro, então, o posicionamento contrário à sociabilidade burguesa.

Já a liberdade está colocada na perspectiva que compreende o homem como sujeito à liberdade. Ela não está no plano do inaccessível, no idealismo, mas se constitui em realidade, por meio da possibilidade de o homem realizar escolhas, que obviamente são determinadas historicamente (MATOS, 2013, p.97-98).

Essas escolhas além de serem determinadas historicamente devem ser problematizadas no seio da sociedade capitalista: a quais escolhas estamos nos

referindo e a quem são dadas as possibilidades de escolher? É mesmo possível que na sociedade da barbárie a classe trabalhadora tenha escolhas!?

## **Considerações finais**

Chegamos ao final deste artigo com a convicção de que a discussão sobre o tema trabalhado não se encerra nele. As respostas às perguntas realizadas são claras e é única: à classe trabalhadora não é dada, na sociabilidade burguesa, quaisquer possibilidade de escolhas. Inexistem alternativas àqueles que tentam subsistir por meio da venda de sua força de trabalho. Aqui reconhecemos o potencial criador do homem, mas reconhecemos também os limites impostos pela sociedade capitalista à realização de tais criações. A superação destes limites depende da construção de uma consciência crítica coletiva de pertencimento de classe, depende de luta.

Acreditamos que a atuação de assistentes sociais que tenham o seu exercício profissional pautado no projeto ético-político e assim atuam visando a efetivação dos princípios e valores do código de ética profissional devem no cotidiano institucional propositivamente criar estratégias que viabilizem “[...] a luta contra-hegemônica no horizonte de uma nova ordem societária, em que o homem seja a medida de todas as coisas” (IAMAMOTO, 2008, p.226). Uma nova ordem societária onde o homem seja verdadeiramente livre e na qual haja justiça social.

Partimos da reflexão de que as condições objetivas nas quais se constrói o trabalho profissional dos assistentes sociais são marcadas pela história como a profissão se inscreve na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO,2008), determinadas pela ofensiva das políticas macroeconômicas de ajuste fiscal, que colocam desafios à materialização do projeto ético-político no cotidiano profissional dos assistentes sociais.

A superação desses desafios depende, entre outras determinações, da forma como a categoria compreende e concebe tal projeto, além da vontade política por parte dos profissionais em desenvolver estratégias que efetivamente materializem esse projeto no cotidiano de trabalho.

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

Sabemos que a condição de assalariado coloca ao Serviço Social alguns desafios à materialização desse projeto no exercício profissional do assistente social. As transformações ocorridas na sociedade capitalista contemporânea trazem dilemas específicos ao trabalho profissional, como a flexibilização do trabalho, do processo produtivo, a terceirização, que colocam à categoria novas formas de contratação. Entretanto, a materialização desse projeto é possível, visto o seu caráter ético-político, que faz dele um projeto, não somente de uma categoria, mas de todos aqueles que se guiam pelo seu conjunto de princípios e valores.

Esperamos, por fim, que este trabalho – que para a sua conclusão não houve quaisquer financiamentos e que se constitui em parte de um dos capítulos da dissertação de mestrado apresentada à Pós em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense – contribua no processo de formação dos futuros assistentes sociais e contribua também no amadurecimento intelectual da categoria profissional.

## Referências

AMARAL, Ângela; MOTA, Ana Elizabete e PERUZZO, Juliane. **O novo desenvolvimentismo e as políticas sociais na América Latina**. In: Mota, Ana Elizabete. *Desenvolvimentismo e Construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. 1ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

BACKX, Sheila; FILHO, Rodrigo; SANTOS, Cláudia Mônica. **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão**. In: *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos*. 1ª Edição. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética e Serviço Social**. Fundamentos Ontológicos. 6ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BRAVO, Maria Inês. **O trabalho do assistente social nas instâncias públicas de Controle Democrático**. In: CFESS/ABEPSS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CARDOSO, Priscila Fernanda. **Ética e Projetos profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. 1ª Edição. Campinas: Editora Papel Social, 2013.

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

ENGELS, Friedrich; e MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. 8ª Edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1991.

GRANEMANN, Sara. **Processos de trabalho e Serviço Social**. In: Capacitação em Serviço Social: Módulo II: Crise Contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEAD, UNB, 1999.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na cena contemporânea**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

**Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico**. 8ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

IASI, MAURO Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LESSA, L. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 3ª Edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

LUKÁCS, Gyorgy. **Prolegômenos**. Para uma Ontologia do ser social. 1ª Edição. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico filosóficos**. Disponível em: <https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/manuscritos-econoc3b4mico-filosoc3b3ficos.pdf>. Acessado em: 20 de outubro de 2013.

MATOS, Maurílio. **Serviço Social, ética e saúde**. Reflexões para o exercício profissional. 1ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

NETTO, José Paulo. **A construção do Projeto ético-político do Serviço Social**. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. 2ª Edição. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

RAICHELLIS, Raquel. **O trabalho do assistente social na esfera estatal**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado**: desafios frente às violações de seus direitos. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, número 107, julho/setembro de 2011.

Moreira, I. A.

Serviço social, trabalho profissional, ética e projeto ético-político.

VALLE, Jonatas. **Entre o princípio da emancipação e o fardo da institucionalização**: dilemas do projeto ético-político profissional na busca de caminhos para a intervenção. Dissertação- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), 2012.

VAZQUEZ, Adolfo. **Ética**. 14ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.